

Aurélio de Oliveira<sup>1</sup>

## Fabrico de papel em Braga no Século XVI

### R E S U M O

Divulga-se com o presente artigo o fabrico do papel em Braga (1530-1534) até agora completamente ignorado, transformando o centro bracarense no segundo (ou terceiro) dos locais a conhecer a laboração do papel em Portugal.

Faz tempo, demos conta de uma manufactura de papel que Braga conheceu no Século XVIII, sendo uma das primeiras actividades que vimos mesmo a funcionar na modalidade de manufactura. Aí se apresentou outra novidade: é que essa manufactura teve à sua frente o italiano José Maria Ottoni, que teve função e responsabilidade relevantes na manufactura de papel da Lousã. Essa manufactura bracarense de 1706, antecedeu, pois e como se disse, a manufactura da Lousã.

Aí se referiu a existência de uma *fabrica nova de papel* que laborou pela primeira metade do Século. O último contrato é de 1740 e tudo indica que laborou até 1749 para se extinguir pouco depois. Em 1758 já consta nas *Memórias Paroquiais* que houve aqui “em tempos” uma fábrica de papel. Estava, pois, extinta nesta data. Mais tarde D. Fr. Caetano Brandão (1790-1805) pensou em fundar aqui em Braga uma nova manufactura de papel que servisse de escola profissional para o ensino da arte e sustentáculo das sua obra social para, pouco depois, Tomé Rolão, comerciante e industrial ligado ao têxtil, tentar fundar uma nova manufactura de papel, algures, nos moinhos que existiam no Sítio dos Galos. Um e outro retomavam, pois, tradição anterior.

Ali escrevemos que Braga, bem possivelmente, teria conhecido o fabrico de papel em moldes artesanais anteriormente àquela instalação de 1706. Na verdade, a indicação de *fabrica nova* se não indica fabrico “moderno”, em novos moldes, sugere, como mais parece, uma contraposição a “fábrica” antiga, isto é, a um fabrico anterior, em moldes tradicionais.

Ora, pode e deve ficar-se pela positiva, como creio. Isto é: Braga conheceu e fez fabrico de papel (de modo artesanal e tradicional, mas como era normal e corrente, então,) em tempos bem anteriores.

Nas actas do Livro das Vereações de 1596 a 1599, há varias determinações contra a venda de papel de muito fraca qualidade que se desfazia e não suportava por muito tempo a tinta. Não

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto.

era esta a qualidade geral do papel que se importava e que vinha de fora (de Itália ou de França, principalmente). Sugerem, pois, essas determinações da Vereação, um fabrico local, pelos vistos, de fraca qualidade ou de muito fraca qualidade. Não sabemos até se, por isso, terá chegado a ser proibido. O que sabemos, por uma lacónica passagem das mesmas vereações, é que a edilidade mandou fazer pagamentos ao seu Procurador em Abril de 1598 do que gastou nos “quinze dias” que andou pela cidade do Porto, junto da recém instalada Casa da Relação, tratando dos interesses da cidade. Entre outros assuntos, ocupando-se da demanda por causa do agravo dos dos “mesteres do papel: ”*mandarão q o Procurador carregasse em despesa o que gastou na cidade do Porto nos quinze dias q lá andou sobre o agravo dos mesteres do papel e assouges e treslado dos autos...*”. Oito dias depois satisfaziam-se-lhe mais pagamentos pelo mesmo motivo (*Liv. de Vereações 1903 fl. 142-145*).

Esta directa referência aos *mesteres do papel* não deixa, pois, qualquer dúvida. Trata-se, seguramente, daqueles que preparavam o fraco papel de que vinham sendo feitas várias queixas, e é bem provável que o agravo que, efectivamente, fizeram para Relação do Porto se relacionasse com a possível proibição de mais venda desse fraco papel local que se fabricava e preparava, algures, nos moinhos de Braga certamente nas margens do Rio Este. Não sabemos em que consistiram como, também, do desfecho desses agravos. Mas não fica dúvida que, de facto, por essa lacónica passagem, fica bem documentado o fabrico de papel em Braga já desde o Século XVI.

Resta saber, agora, desde que ano ou anos. Acrescento que o marco que, para já, apontamos, faz recuar bastante esta data dos fins de Quinhentos: para mais de meio século antes. Exactamente para antes de 1534!

Na verdade, anotámos também um tabelamento de preços para o papel (a par de outras taxas para diferentes mesteres, tentando controlar a subida generalizada dos preços que, a partir determinada altura, se começou a sentir em todos os géneros, desde os alimentares aos manufacturados (como, até, aos serviços e transportes (Ver Aurélio de Oliveira, *O tempo económico no tempo de Gil Vicente* Revista de Guimarães. Ano. 2002).

E este assento, inscreve-se na mesma conjuntura de controle dos preços (e, no caso específico, tentando notoriamente controlar a qualidade do produto). Como cremos, (até pelo conteúdo praticamente expresso), se refere a vendas de papel, mas papel fabricado em Braga. Fabrico local. Por mesteres da cidade. Não havia papel sem qualidade que viesse importado. Esse teria sempre o mínimo de qualidade - o que não é o caso que fica expresso com este assento, falando no papel de muito ruim qualidade – que esse, nem sequer podia ser vendido. As determinações dos fins do século, aludindo várias vezes a papel de muito fraca qualidade reforça, assim, este outro destes anos trinta, como dizendo directamente respeito ao preço do papel que então se fabricava nesta nossa cidade.

Eis o sucinta determinação 21 de Fevereiro de 1534: “..... Mais “*acordarão q ho papell nesta cidade sendo m.to bõ valha a quatorze rs (reais) ho mjlor e ho sobmenos / não sendo tão Ruy q não valha nada valera a doze rs por q ho Ruy não se vendera ho q ho dito papell cada hû asi vêder a mais dos ditos pressos q pag de pena p.<sup>a</sup> o c.<sup>o</sup> a qê os acuzar V. rs (i. é: Quinhentos reais) e mâdarô q se lâsase pregão”*

(Arq. Municipal de Braga. Liv. de Vereações fl. 69v.)

Num extraordinário Regimento de 1550 – uma verdadeira Constituição da República Bracarense - (que bem pode figurar como paradigmática de toda a municipalidade portuguesa de então) de muito difícil leitura dado o péssimo estado do documento – papel também comido pela tinta!), se volta a regulamentar o fabrico do papel local. Para além dos protestos pela subida dos preços, se acrescentam as queixas que havia acerca da qualidade deste papel.

A data é, ao mesmo tempo, significativa e importante: directa intervenção de D. Diogo de Sousa, Senhor e Arcebispo de Braga (desde 1505 a 1532)? Estamos, praticamente, no tempo da Prelazia deste insigne Primaz, Governante e Humanista que lançou os primeiros Estudos Gerais aqui em Braga, com papel determinante na política cultural de D. Manuel e D. João III - que lhe boicotaram frequentemente (um e outro) os seus projectos educativos, (para Cidade e outros. Vide *Nos primórdios dos Estudos Gerais*). O papel seria uma condição importante para a notável política escolar deste ilustre Prelado. Mas, aqui, ficamos apenas pelos alvitres. Por sua vez, o mesmo Prelado, ligado às primeiras impressões conhecidas em Portugal.

Por outro lado, a importância deste documento é, deveras, grande. A ser assim e como se documenta, Braga constitui-se no segundo centro a conhecer o fabrico de papel em Portugal (passando a muito longínqua referência a um primeiro moinho que terá sido instalado em Leiria por 1441). O primeiro (mais moderno) surgiria na Batalha em 1514. Contava-se como segundo o moinho de Fervença em 1527, num dos Coutos de Alcobaça. (Seguindo-se o privilégio para o fabrico nos moinhos de Alenquer em 1565). Temos, assim que, vindo de anos anteriores, se fabricava já papel em Braga antes de 1534 pois acaba regulado nestas determinações camarárias de 1534. Produto de qualidade muito díspar, (pois ia do muito bom ao que nem preço poderia ter para venda), acabando taxado, e da forma acima discriminada, nestas determinações de 1534. O início da laboração é, pois, anterior àquela primeira data. Não temos, pois, grande dúvida que terá precedido o dos moinhos da Fervença. Pelos tempos posteriores continuaria o fabrico. Não sabemos em que moldes, se melhorado se não, pois acaba por ser novamente regulamentado em 1550.

O fabrico fez-se aqui em Braga, depois, ao longo de todo o século XVI sendo que nos finais, como vimos, se lhe faz alusão praticamente nos mesmo termos, desta feita, citando expressamente *os meteres do papel*. Uma continuidade notável no sector, pois se manteria até meados do séc. XVIII.

Confirmam-se, assim, mas atirando para tempos bem longínquos, aquelas suspeitas alvitradas a quando da instalação da primeira manufactura com a técnica “moderna” trazida de Itália pelo genovês José Maria Ottoni, (e não pode haver dúvidas na grafia do nome, por que ele assim o assina de modo bem legível) que aqui a introduziu e experimentou, em 1706, antes de ser chamado à manufactura da Lousã onde teria acção determinante.

Eis uma novidade “industrial” que aqui fica para os pergaminhos “industriais” da cidade dos Arcebispos como, sem dúvida, para juntar aos anais da indústria nacional do papel.

**Bibliografia**

Arq. Municipal de Braga. *Liv. de Vereações* do Século XVI.- (Vários - de 1509 em diante).

Aurélio de Oliveira, *As fabrica de papel do Rio Este*. Braga. 1993.

- *Nos primórdios dos Estudos Gerais bracarenses*. Guimarães. 2001.

- *O tempo económico no tempo de Gil Vicente* Em “Revista de Guimarães”. Ano. 2002.